

Gênero, família e meio ambiente: limites e perspectivas para o campo dos estudos de população¹

Ricardo Ojima²

Regiane Lucinda de Carvalho³

Resumo: *O artigo busca levantar a discussão entre gênero, família e meio ambiente a partir das principais mudanças demográficas ocorridas nestes campos de pesquisa. Primeiro, serão discutidas brevemente as mudanças demográficas em termos do recorte de gênero, família e domicílios; apresentando as tendências recentes tanto no contexto internacional, como no caso brasileiro. Posteriormente apresenta-se uma revisão da literatura internacional no que se refere aos estudos que vinculam tais mudanças demográficas aos impactos e mudanças ambientais, encerrando o debate com alguns limites e desafios para uma abordagem inter-disciplinar que busca entender o como as mudanças na esfera da família e gênero se relacionam com as mudanças ambientais.*

Palavras-chave: *Gênero; Família; Meio Ambiente; Mudança Demográfica.*

Introdução

Dentro do contexto do Grupo de Trabalho “População, Espaço e Ambiente” da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, uma das demandas que têm sido enfatizadas é a busca por abordagens interdisciplinares e trans-escalares. Essa demanda surge pela percepção de que a dimensão ambiental dentro do campo de estudos de população já assumiu maturidade suficiente dentro das áreas tradicionais e que mereceriam um investimento em abordagens que não são comuns dentro da demografia brasileira. Ou seja, as inter-relações entre ambiente e gênero, ambiente e família, ambiente e morbi-mortalidade ou ambiente e fecundidade são

¹ Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto: “As dimensões humanas das mudanças ambientais globais, seus impactos e consequências na urbanização contemporânea: novos paradigmas para as ciências sociais?” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq); e do Grupo de Trabalho População, Espaço e Ambiente (GT-PopEA) da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP). Trabalho apresentado no Seminário “Avanços e desafios no uso do conceito de gênero nos estudos populacionais”, Rio de Janeiro - RJ, 22 e 23 de outubro de 2009.

² Sociólogo e Doutor em Demografia; Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp). E-mail: ricardo.ojima@gmail.com

³ Socióloga e Mestre em Demografia.

muito pouco (ou quase nada) exploradas nas pesquisas brasileiras, embora venham sendo desenvolvidas (em algumas áreas ainda timidamente) no cenário internacional.

Este trabalho pretende colocar em debate a relação entre as mudanças ocorridas no âmbito das relações de gênero e de família com os aspectos ambientais dentro dos estudos de população. Não se trata, com isso, de esgotar o tema, muito pelo contrário, é apenas uma tentativa inicial de se identificar elementos que podem (e devem) ser pensados de maneira comum entre os que atuam em cada uma destas áreas. Por exemplo, será que existem elementos relacionados entre a diminuição do número médio de moradores por domicílio, identificada como uma tendência geral no país, e o agravamento dos problemas ambientais em determinadas regiões? Assim, parece que a discussão deve passar pela relação população-consumo, pois dentro desta perspectiva, o contexto da transição demográfica e a estrutura doméstica são muito pouco explorados em termos da sua contribuição para os efeitos e consequências ambientais.

Curran e De Sherbinin (2004) fazem uma revisão da literatura internacional sobre os desafios de incorporar a dimensão do consumo na equação População-Ambiente. Para eles, o uso da unidade doméstica, como unidade de análise, possui algumas vantagens em termos dos fatores ambientais. Entre outros fatores, uma das unidades de medida mais comuns para medir o consumo é o consumo energético; pois é relativamente de fácil mensuração, de fácil conversão em outras unidades e possui um sentido ambiental intrínseco (em termos de poluição e/ou Gases de Efeito Estufa - GEE). Assim, as análises baseadas em termos do domicílio fazem mais sentido que aquelas realizadas em termos de consumo *per capita*.

O trabalho de O'Neill, MacKeller e Lutz (2001) identificou que variações no número de domicílios são melhores indicadores para a análise de GEE do que o crescimento populacional em geral. Isso é explicado porque fatores associados à transição demográfica têm diminuído progressivamente o número médio de moradores por domicílios; entretanto, essa diminuição não é acompanhada proporcionalmente por uma diminuição no consumo energético de cada domicílio.

As tendências demográficas apontam que não apenas o consumo energético por domicílios tem aumentado; mas, também se tem observado um aumento no número de domicílios, fazendo com que o consumo energético aumente em um ritmo muito maior do que o ritmo do crescimento populacional. Enfim, fatores como a redução das taxas de fecundidade total, divórcios, envelhecimento da população, adiamento da saída dos jovens da casa dos pais,

mudanças nos arranjos domésticos, podem contribuir para que o padrão de consumo e, conseqüentemente, os impactos ambientais sejam de outra ordem.

Em termos do debate sobre gênero, não é apenas pelo recorte populacional que o debate ainda é incipiente. Como destacam Castro e Abramovay (1997, p.33), “trabalhar a relação gênero nas organizações de desenvolvimento sustentável não é fácil nem no plano teórico, nem no plano metodológico, nem na prática”. As autoras identificam que existe uma visão essencialista no discurso social que relaciona as mulheres ao meio ambiente, pois de modo geral, são as mulheres as responsáveis pela reprodução social e o cuidado com as crianças. Assim, estariam mais diretamente afetadas pelos impactos negativos do meio ambiente, bem como seriam elas as principais responsáveis pela educação das novas gerações.

Dentro do debate populacional brasileiro, essas relações não são diretamente tratadas, embora existam elementos suficientes para enfrentar tal desafio. Por exemplo, a discussão sobre consumo e gênero no Brasil ainda recebe muito pouco investimento e, desta forma, contribui-se para que persistam tais visões essencialistas que reduzem a realidade complexa das relações sociais. O que, de certo modo, contribui para a ausência (gravíssima) de um debate substancial sobre os modos de produção e consumo, considerando as relações de gênero, família e meio ambiente (Castro e Abramovay, 1997, p. 100).

A complexidade da relação população-consumo-ambiente é destacada por Mello e Hogan (2007, p.70) ao identificarem como são poucos os trabalhos que investiram neste debate no contexto brasileiro. Isso pode estar relacionado ao fato mencionado por Sawyer (2002, p.227), segundo o qual há uma simplificação da questão: para os países do norte, o problema da degradação ambiental seria o consumo e, para os países do sul, seria a pobreza. Esse seria um reducionismo perverso na medida em que não considera o fato de que a redução da pobreza nos países do sul teria como consequência quase que inevitável o aumento do consumo.

Dentro deste contexto, este artigo divide-se em duas partes. Primeiro, serão discutidas brevemente as mudanças demográficas em termos do recorte de gênero, família e domicílios; apresentando as tendências recentes tanto no contexto internacional, como no caso brasileiro. Posteriormente apresenta-se uma revisão da literatura internacional no que se refere aos estudos que vinculam tais mudanças demográficas aos impactos e mudanças ambientais, encerrando o debate com alguns limites e desafios para uma abordagem inter-disciplinar que

busca entender o que as mudanças na esfera da família e gênero podem ter a ver com as mudanças ambientais.

Mudança demográfica: gênero e família

O tamanho e a estrutura familiar foram modificados através do lento e gradual processo de Transição Demográfica. O declínio das taxas de fecundidade e mortalidade, decorrente de mudanças sociais e econômicas, fez com que famílias inicialmente extensas e jovens fossem dando lugar a famílias menores e mais envelhecidas.

Nas últimas décadas, outras mudanças têm modificado não apenas a configuração da família, mas também o papel social que seus membros desempenham (Arriagada, 1997; Goldani, 2005). Entre estas mudanças estão: a diminuição e postergação do casamento e do nascimento do primeiro filho, o aumento das uniões consensuais (coabitação), o aumento dos filhos fora do casamento, dos divórcios e recasamentos e conseqüentemente das famílias monoparentais e “reconstituídas”, e, mais recentemente, também famílias sem filhos, famílias homossexuais e casais que não vivem no mesmo domicílio.

Estas drásticas mudanças nos padrões de formação de domicílio e reprodução foram observadas a partir de finais dos anos 1960 em países do noroeste Europeu e, posteriormente, foram identificadas como características da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 1987). Segundo Alves, (200?, p. 11), “a segunda transição demográfica tem a ver com mudanças nas relações de gênero, com o empoderamento da mulher na sociedade e com uma redefinição do papel da família na sociedade” alcançada através da utilização generalizada de métodos eficientes de contracepção, da elevação da escolaridade, do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e de um crescente individualismo.

As mudanças nos valores e paradigmas individuais e familiares foram se intensificando e se difundido, com grandes variações, para outros países da Europa e do Ocidente (Van de Kaa, 1987). No Brasil e na América Latina, as famílias também experimentam, desde algumas décadas, processo semelhante de reorganização e diversificação, adquirindo novas formas e tamanho e também novos significados para seus membros e para a sociedade (Goldani, 2005). Em decorrência de alterações nas normas familiares relativas à prática sexual e reprodutiva, os indivíduos sentem-se mais livres para buscarem novas formas de convívio além daquelas que estavam preestabelecidas socialmente. Assim, o modelo institucional de família preponderante até os anos 1970 – a saber, nuclear, composto por casal

com vários filhos, no qual o homem/pai assume o papel de provedor e protetor e a mulher/mãe assume o papel de cuidadora e reprodutora – passou, pouco a pouco, a coexistir com uma variedade maior de arranjos familiares (McDonald, 2000; Goldani, 2005).

A diminuição do tamanho da unidade familiar pode ser explicada pela diminuição da fecundidade e pelo aumento dos que moram sozinhos. Entre os idosos, o fato de morar só está associado ao aumento da esperança de vida, dos divórcios, das pessoas que nunca se casam e da viuvez feminina (Camargos, 2008). Entre os jovens, os domicílios unipessoais, embora correspondam a uma fração pequena, aumentaram cerca de 86% entre 1996 e 2006 (Alves, 2008). O que pode expressar a entrada dos mesmos no mercado de trabalho e/ou estudos.

O aumento do arranjo denominado famílias conviventes pelo IBGE (Alves, 2005), ou família extensa (Arriagada, 1997) está associado à maternidade precoce, aos filhos fora do casamento e às separações. As famílias conviventes são formadas, em parte, por mulheres jovens solteiras que, após o nascimento da criança, continuam convivendo no seu domicílio de origem (ou no domicílio de origem de seu companheiro) formando uma família nuclear secundária em relação ao núcleo familiar principal. A família convivente pode ser formada também após o fim de uma união, quando a mulher retorna à casa dos pais com seus filhos. Como pode ser percebido, em grande medida, a mulher torna-se a pessoa responsável pela família convivente. A co-residência de várias famílias é mais comum entre os estratos mais pobres, como uma estratégia para o enfrentamento das adversidades econômicas (Bilac, 2002).

O casamento formal, considerado uma etapa obrigatória inicial à vida em casal, tornou-se opcional e mais frágil. Opcional, pois homens e mulheres não enfrentam mais as mesmas necessidades econômicas e pressões sociais para casar-se e por isso o fazem cada vez mais tarde ou não o fazem, construindo outros tipos de vínculos conjugais; mais frágil, pois a ruptura do casamento passou a fazer parte das opções possíveis, relativizando o seu valor (Goldani, 2005). O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, garantindo sua independência econômica, reduziu os “ganhos” ou a “atratividade” de um casamento tradicional, fazendo com que mais mulheres prefiram permanecer solteiras ou aumentem suas exigências na relação em casal (Becker, 1981). Enquanto a busca por uma maior satisfação nas relações afetivo-sexuais ocasiona um aumento das taxas de separação e divórcio que, por sua vez, está relacionado a um aumento na frequência de famílias monoparentais, formadas pelo responsável, sobretudo mulher, e seus filhos (Bilac, 2007).

Embora o casamento entre cônjuges solteiros ainda seja preponderante em todo país, é crescente a proporção de casamentos entre indivíduos divorciados e solteiros e também do casamento entre cônjuges divorciados (IBGE, 2007). Esses recasamentos são responsáveis pelo crescimento do número de famílias “reconstituídas”, ou seja, aquelas originadas após o fim de uma união na qual pelo menos um dos cônjuges teve filhos (Bilac, 2007).

Tornou-se comum que ocorra também o adiamento do momento em que o jovem deixa a casa dos pais para formar seu próprio domicílio, seja para viverem sozinhos ou em união. Desse modo, os jovens acabam assumindo o papel de filho dentro do domicílio por um período superior ao que seria esperado e aceito há até poucas décadas.

Segundo estatísticas do registro civil de 2007, a idade média dos homens e das mulheres à época do casamento formal era de 29 anos e 26 anos, respectivamente, cerca de três anos a mais que em 1991 (IBGE, 2008). Entretanto, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, a idade à primeira união parece não ter sido muito afetada nas últimas décadas (IBGE, 2003), indicando que possivelmente os jovens já coabitaram em algum momento anterior à oficialização da união. Ou seja, mesmo que se casem mais tarde os jovens podem sair de casa cedo para viver em uma união informal. Isso indica que, certamente, outros fatores estão associados ao adiamento da saída de casa e que o casamento formal, apesar de sua importância no processo de constituição de família e de domicílio, já não parece ser condição imprescindível ou suficiente para a saída de casa. É possível que, na sociedade brasileira, o casamento formal esteja perdendo importância como a principal rota de saída de casa e também que casar-se não significa necessariamente constituir um domicílio independente.

As uniões consensuais, ou seja, relações informais estáveis e não legitimadas juridicamente, embora existam no Brasil há séculos, tiveram aumento expressivo entre 1970 e 2000, sendo mais prevalentes, historicamente, entre indivíduos mais jovens e menos escolarizados das camadas mais empobrecidas da população (Mello, 2005; Costa, 2005). A princípio, a união consensual surgiu como uma alternativa ao casamento formal; porém, atualmente, passou a ser vista pelos jovens como uma forma de teste para o casamento civil e/ou religioso, já que muitos casais, após um período coabitando, casam-se nos moldes tradicionais. Assim, hoje a coabitação é percebida pelos jovens de diversos países como uma preparação e não um substituto para o casamento formal (Mello, 2005; Mynarska e Bernardi, 2007). Ao contrário das antigas uniões consensuais, a coabitação, por seu caráter experimental, geralmente não é uma relação estável, pois são rapidamente desfeitas caso não resultem em casamento (Lillard et al., 1995).

Mesmo na Itália, um país católico, as coabitações estão ganhando importância de uma coorte para outra (Schröder, 2006; Di Giulio e Rosina, 2007). Schröder (2006) sugere que mães mais escolarizadas possuem mais autonomia para tomar decisões e também mais poder para auxiliar suas filhas caso optem pela união informal e que nessas famílias, as filhas crescem em um contexto mais emancipado e liberal e, por isso, decidem mais pela coabitação e menos pelo casamento direto. Assim, com o aumento da escolaridade das mulheres, a importância da coabitação tende a ser ainda maior nas próximas gerações.

Atualmente, pouca diferença parece existir de fato na vida dos casais que optam pelo casamento ou pela união consensual, pois a ausência de uma cerimônia religiosa ou de um contrato legal não impede o reconhecimento social dessas uniões. No Brasil, por exemplo, o mesmo tratamento é assegurado por lei às uniões formais ou consensuais (Costa, 2005). Assim, um novo tipo de família começa a ser percebido: pessoas que se relacionam como casal, porém sem compartilharem o mesmo domicílio. Esse tipo de relacionamento, denominado *living apart together* (LAT), não é inteiramente novo, mas recentemente ganhou maior visibilidade e maior frequência, tornando-se uma nova forma de família nas sociedades ocidentais (Levin, 2005). Pode ocorrer tanto entre pessoas solteiras quanto entre pessoas que já foram casadas e, eventualmente, tiveram filhos. Em geral, ainda há poucas pesquisas sobre esse fenômeno e, devido à dificuldade de identificar esse tipo de relacionamento através das pesquisas quantitativas atuais, a participação desse arranjo na sociedade brasileira ainda não é amplamente conhecida, embora venha ganhando visibilidade.

Outro tipo de arranjo familiar que tem se tornado mais comum é o formado por casal em que ambos os cônjuges trabalham e optam por não ter filhos. Os casais DINK (*Double Income, No Kids*) são mais um reflexo das mudanças econômicas e sociais ocorridas na sociedade moderna. Geralmente, são formados por jovens urbanos, mais escolarizados e com poder de compra maior do que a média. A opção por não ter filhos estaria ligada a uma orientação valorativa dirigida mais à auto-satisfação e realização de desejos presentes de consumo e lazer do que à satisfação futura de novas gerações (Alves e Cavenaghi, 2008; Barros et al., 2008). É importante lembrar que, devido ao fato de se tratar, em sua maioria, de jovens, parte desses casais DINK pode ser composta por casais que estão apenas postergando a fecundidade e que não irão envelhecer sem experimentar a paternidade/maternidade. Além disso, devido aos recasamentos, um dos cônjuges do casal DINK pode ter filhos provenientes de uniões anteriores – não mensurados através das pesquisas domiciliares – o que sugere que não estaria havendo total “retirada da procriação” nesse caso.

Dentro desses novos arranjos emerge, no final do século XX, a família homoparental, um modelo alternativo no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo. Contra as tradicionais noções patriarcais e de relação de gênero, os homossexuais reivindicam, além de direitos individuais, o direito à constituição de grupos familiares. As uniões homossexuais, embora ainda não sejam aceitas juridicamente no Brasil, tornam-se mais aceitas socialmente e os casais homossexuais começam a expressar mais intensamente o desejo de ter e assumir seus filhos, que podem ser frutos de relacionamentos heterossexuais anteriores, adotivos ou concebidos através da reprodução assistida (Mello, 2005; Zambrano, 2006). Por não serem ainda mensuradas através das pesquisas domiciliares a conjugalidade e a parentalidade homossexuais são deixadas à parte nos estudos sobre família.

Antes mesmo destas mudanças que resultaram na redefinição dos papéis familiares, mudanças na estrutura etária populacional já haviam afetado diretamente o tamanho e a composição dos arranjos domiciliares, com a diminuição do número médio de filhos e o aumento da esperança de vida. Assim no Brasil, “o número de domicílios tem crescido acima do ritmo de crescimento da população, mas abaixo do crescimento do número de famílias [...] Desta forma tem diminuído a densidade de pessoas por domicílio, mas tem aumentado o número de famílias conviventes” (Alves e Cavenaghi, 2005). Temos então um crescimento do absoluto do número de domicílios, que passam a abrigar um menor número de moradores, porém em arranjos domiciliares mais diversificados. Deste modo, a redefinição do papel da família e a ampliação dos tipos de arranjos domiciliares são determinantes para um novo padrão de consumo domiciliar.

Os impactos ambientais da mudança demográfica

Como vimos inicialmente, o uso do domicílio como unidade analítica traz algumas vantagens quando se pensa na relação população-ambiente. Isso ocorre, pois mudanças estruturais no modo de vida costumam ocorrer na esfera do domicílio e isso nem sempre se reflete quando se analisam os impactos a partir do indivíduo, sobretudo, em termos de consumo *per capita*. Uma dessas relações é a mudança no número médio de pessoas por domicílio e as mudanças no padrão de consumo que ocorrem dentro do contexto domiciliar.

Em termos de sua relação com as variáveis ambientais, isso faz com que a soma das partes, não feche no total do consumo do domicílio. Assim, embora pareça contraditório para o senso comum, não é o crescimento demográfico o responsável pelo aumento do consumo energético e das emissões de GEE, mas exatamente o oposto. Em parte, a redução do número

médio de moradores por domicílio acaba sendo um importante incentivo para que haja um aumento nos fatores de impacto ambiental devido à elevação do padrão de consumo.

No caso da América Latina, a simultaneidade da transição demográfica com a transição urbana e a velocidade das transformações sociais decorrentes dessas duas transições acabaram obscurecendo muitas dessas relações. Afinal, foi em meados da década de 1970 que o debate ambiental entra com mais força dentro do debate político brasileiro, ou seja, no mesmo momento em que as duas transições estão em curso. Assim, seria difícil dissociar a degradação ambiental (ou a poluição) do crescimento populacional (Ojima, 2009) e a própria busca por essa dissociação, no âmbito teórico dos estudos populacionais, favoreceu para que, em certo sentido, se limitassem os esforços em torno de debates mais integrados como o que está se apontando a partir deste artigo.

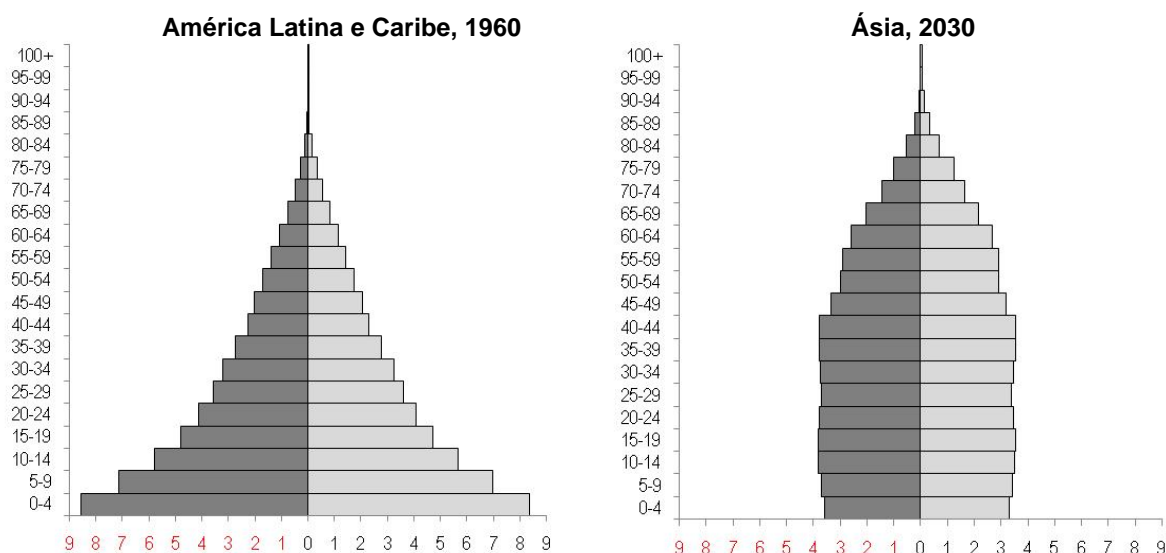
Hoje o debate ambiental não se restringe aos estudos localizados nos quais se identificam as populações afetadas por determinados poluentes ou situações de risco ambiental. Embora essas abordagens ainda sejam necessárias e mereçam pesquisas por muitos anos ainda, emerge um debate mais amplo em que a complexidade dos processos sociais, econômicos, políticos e demográficos deve ser levada em consideração: trata-se do debate sobre as mudanças ambientais globais e, principalmente, suas dimensões humanas.

Neste aspecto, notamos que, embora países da Europa ou Estados Unidos não convivam com tanta frequência (se comparados aos países em desenvolvimento) com eventos de exposição da população à poluição ou desastres ambientais, são estes países os principais responsáveis pelas emissões de GEE que têm sido responsáveis pelo aquecimento global. Assim, em termos ambientais, a grande dificuldade desses países seria reduzir suas emissões de GEE, mesmo quando o ritmo de crescimento da população quase se estabilizou ou, como em diversos países, já acenam para cenários próximos de redução do volume absoluto da população.

Como exemplo do potencial impacto diferencial da transição urbana *versus* a transição demográfica, tomemos o caso da América Latina e da Ásia em termos comparativos. Quando a América Latina passou pela transição urbana, em meados de 1960, a estrutura etária da população e a composição dos domicílios eram de uma população jovem, com elevadas taxas de fecundidade. Situação muito distinta a da Ásia, onde as estimativas apontam que passará pela transição urbana por volta de 2030, mas com a sua transição demográfica já em fase de

estabilização e, conseqüentemente, com uma estrutura etária mais envelhecida e a maior parte de sua população em idade economicamente ativa.

Gráfico 1. Estrutura etária da população da América Latina e Caribe (1960) e Ásia (2030, estimativa).



Fonte: Population Division, DESA/UM

Considerando as tendências nos arranjos domiciliares, quando a América Latina passou pela sua transição urbana, o número médio de moradores por domicílio era maior e a demanda por habitação, embora tenha sido grande devido à velocidade do processo de urbanização, não foi maior do que aquela que a Ásia terá que enfrentar no momento de sua transição urbana. Isso porque a Ásia terá que dar conta da demanda de domicílios com menor número de moradores e com um padrão de consumo mais abrangente do que era nos domicílios latino-americanos da década de 1960.

Pensando no caso brasileiro, as tendências recentes apresentadas no tópico anterior antecipam os desafios para a transição urbana dos países da Ásia. A velocidade das duas transições no Brasil apresenta hoje seus impactos sob uma complexidade muito maior. Uma das principais mudanças associadas ao enfoque de gênero e família é a mudança no comportamento reprodutivo que teve como consequência a redução nas taxas de fecundidade e a redução no tamanho médio dos domicílios.

Segundo relatório do IPCC (Nakicenovic e Swart, 2001), domicílios menores tendem a consumir muito mais energia. Em parte, esta evidência está associada a novos padrões de vida com uma ênfase maior em gastos com cultura, lazer e bens de consumo em substituição

a um número maior de filhos. Assim, a redução do ritmo de crescimento populacional e o consequente processo de envelhecimento da população teriam, pelo menos, dois resultados não esperados em termos dos seus impactos ambientais: um deles é a redução do número médio de pessoas por domicílio; e a outra seria a formação de domicílios com um perfil etário envelhecido.

Assim, em países que passaram rapidamente pela transição demográfica (como é o caso brasileiro), se por um lado temos a “janela de oportunidades”, com grande parte da população em idade economicamente ativa, por outro, esse mesmo processo sugere um impacto ambiental maior, pois estruturas etárias mais envelhecidas tendem a ser mais intensivas em consumo do que aquelas sociedades com um peso maior da população jovem (MacKellar et al., 1995).

Um caso que talvez exemplifique essa relação é a tendência de aumento nos arranjos de famílias sem filhos, com casais de dupla renda. As famílias DINK têm ganhado espaço dentro dos tipos de arranjo doméstico nos últimos anos no Brasil, passando de 2,7% para 3,7% entre 1996 e 2006. Suas características diferem muito do contexto geral da população brasileira, pois possuem uma renda média até 70% superior aos demais grupos domésticos e são formados por casais normalmente mais jovens (Barros et al., 2008).

Embora não haja estudos mais detalhados do perfil de consumo efetivo desses arranjos, bem como de análises comparativas do padrão de consumo de domicílios menores em relação a outros, Barros et al. (2008) apresentam resultados que confirmam essa hipótese. Os dados apresentados pelos autores indicam que os domicílios com casais DINK apresentam melhores condições de saneamento básico, maior número de cômodos e banheiro *per capita*, e ainda apresentam maior número de bens e serviços. De forma análoga, embora não tenhamos como confirmar a partir destas fontes de dados, os domicílios de casais homossexuais, apresentaria padrão de consumo similar por apresentarem algumas características comuns.

Outro fator associado às mudanças na esfera familiar e que possui impactos sobre o meio ambiente identificado por uma pesquisa recente é o divórcio. Segundo a pesquisa de Yu e Liu (2007), o divórcio teria um impacto de aumento de consumo, pois com o desmembramento dos domicílios, aumenta os itens de consumo como geladeira, televisão, etc. Além disso, Yu e Liu (2007) identificam que os domicílios de divorciados são mais intensivos em consumo energético do que domicílios de casados, pois consomem 46% e 56% mais energia elétrica e água, respectivamente.

O adiamento do casamento, principalmente, em grupos sociais de classe média, tem adiado também a saída dos adultos jovens de suas residências de origem. Em parte, motivados por justificativas econômicas, atrasam essa saída do domicílio de origem devido ao fato de que não poderiam manter o mesmo padrão de vida em um domicílio independente do que possuem na casa de seus pais. Assim, embora muitas vezes estejam estáveis em termos de emprego, buscam abrigo para poder manter um padrão de consumo que não poderiam ter sem esse apoio financeiro. Com isso, apesar de não ampliarem o consumo energético através da criação de um novo domicílio (e novos bens de consumo como geladeira, televisão etc) acabam por elevar o consumo energético dos domicílios através do consumo de outros bens (como automóvel) e ainda pelo uso mais intensivo dos recursos já existentes.

Considerações finais

Em relação ao consumo, o recorte de gênero esteve associado tradicionalmente a uma dicotomização simplificadora dos papéis sociais. Segundo Grover, Hemmati e Flenley (1999), a divisão entre público e privado baseado em relações de gênero contribuiu para uma percepção falsa e estereotipada de que as mulheres seriam as consumidoras enquanto os homens seriam os produtores. Entretanto, como vimos, um dos fatores que mais contribuem para o aumento do consumo (e da pressão ambiental) nos dias atuais é a redução do número médio de moradores por domicílio. Segundo Yu e Liu (2007), a produção de lixo doméstico aumenta com a redução do número de pessoas por domicílio.

Assim, tendo em vista a simultaneidade de etapas distintas da transição demográfica em um país tão heterogêneo como o Brasil (Barros et al., 2008), o desafio para identificar tais evidências de impactos ambientais das mudanças demográficas é mais complexo. Mas exatamente pela sua complexidade, caracterizar e detalhar tais processos contribui para reduzir percepções reducionistas e estereótipos.

Enfim, é importante colocar na agenda de pesquisa abordagens inter-disciplinares que incorporem as complexidades que não são apenas inerentes à temática socioambiental, mas, sobretudo, ao caso brasileiro e latino-americano. Assim, incluir uma abordagem de gênero e família aos estudos desenvolvidos na área de população, espaço e ambiente é uma tarefa tão complexa quanto potencialmente produtiva, mas essa tarefa poderá gerar resultados mais promissores na medida em que haja colaboração entre as áreas de pesquisa.

Referências Bibliográficas

- ALVES J. E. D. Mitos e realidades da dinâmica populacional. 24p. 200? Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/mitos%20e%20realidade%20da%20dinamica%20populacional.pdf>. Acessado em 08 de setembro de 2009.
- ALVES J. E. D. A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários. Aparte – Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro – UFRJ, p 1-4. 2005. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf. Acessado em 12 de fevereiro de 2009.
- ALVES J. E. D. Os sem herdeiros. Aparte – Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro – UFRJ, p 1-4. 2008. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/os_sem_filhos_jeda_04abr08.pdf. Acessado em 22 de março de 2009.
- ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. M. Questões conceituais e metodológicas relativas à domicílio, família e condições habitacionais. *Papeles de Población*, enero-marzo, n.43, Universidad Autonoma Del Estado de Mexico, Toluca, Mexico, 2005, PP. 105-131.
- ALVES J. E. D e CAVENAGHI S. M. População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica. 2008. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/ttd_aparte_16fev08.pdf. Acessado em 23 de abril de 2009.
- ALVES, J. E. e BARROS, L. F. 2008. “A família DINC no topo da pirâmide de renda.” APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 25/02/2008 http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opinio.php?codigo=APARTE_0597. Acessado em: Maio de 2009.
- ARRIAGADA I. Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo. IV Conferencia Iberoamericana sobre Familia: Família, Trabajo y Calidad de Vida (Cartagena de Indias, Colombia, 8 al 12 de septiembre de 1997).
- BARROS, L. F.; ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. M. Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu-MG. ABEP, 2008.
- BECKER G. S. *A treatise on the family*. Cambridge, London: Harvard University. 1981.

- BILAC E. D. Famílias Brasileiras: a vida reiventada. Seção Debate Acadêmico. Portal UNESP. 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/debate/vida.php>. Acessado em: 21 de março de 2009.
- COSTA C. S. Uniões informais no Brasil em 2000. Uma análise sob a ótica da mulher. Dissertação (Mestrado em Demografia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, 2005.
- CAMARGOS M. C. S. Enfim só: um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte (MG), 2007. Tese (Doutorado em Demografia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, 2008.
- CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. Gênero e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO:UNICEF, 1997.
- CURRAN, S. R. e DE SHERBININ, A. Completing the Picture: the challenges of bringing “Consumption” into de Population-Environment equation. *Population and Environment*, v.26, n.2, November/2004, London: Human Science Press, 2004, pp. 107-131.
- DI GIULIO P. e ROSINA A. Intergenerational family ties and the diffusion of cohabitation in Italy. *Demographic Research*, 16(14): 441-468. 2007. Disponível em: <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol16/14/>
- GOLDANI A. M. Reinventar políticas para famílias reiventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopía. 2005. Seminário: As famílias e as políticas públicas no Brasil. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnaMariaGoldaniFamilia2005.pdf> Acessado em 23 de março de 2009.
- GROVER, S.; HEMMATI, M and FLENLEY, C. Gender and sustainable consumption. UNED Forum, Report submitted to CSD-7, London, 1999.
- IBGE. Estatísticas do Registro Civil: análise dos resultados. v.34 2007. 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/comentarios.pdf>. Acessado em 16 de março de 2009.
- IBGE. Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade. Resultados da amostra. 2003 Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/censo2000_fecundidade.pdf. Acessado em 16 de março de 2009.

NAKICENOVIC, N. e SWART, R. (Editors). IPCC Special Report on Emission Scenarios. IPCC/UNEP/WMO, 2001.

LEVIN I. Living Apart Together: a new family form. *Current Sociology*. 52(2): 223-240. 2004

LILLARD LA, BRIEN MJ, WAITE LJ. Premarital cohabitation and subsequent marital dissolution: a matter of self-selection? *Demography*, 32(3):437-457. 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2061690>

McDONALD P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. *Journal of Population Research*. 17(1), 2000.

MacKELLAR, F. L., W. LUTZ, C. PRINZ, and A. GOUJON: Population, households and CO2 emissions. *Population and Development Review*, 21(4), 849-865, 1995.

MELLO L. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu*. (24): 197-225. 2005.

MELLO J. L. Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, L. F. e HOGAN, D. J. População, consumo e meio ambiente. In: Daniel Joseph Hogan. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. 1 ed. Campinas: Nepo/Unfpa, 2007. p. 26-40.

MYNARSKA M. e BERNARDI L. Meanings and attitudes attached to cohabitation in Poland: qualitative analyses of the slow diffusion of cohabitation among the young generation. *Demography research*, 16(17):519-554. 2007.

OJIMA, R. Perspectivas para a adaptação frente às mudanças ambientais globais no contexto da urbanização brasileira: cenários para os estudos de população. In: HOGAN, D.J. e MARANDOLA, E.J (Orgs). *População e Mudança Climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: NEPO/UNFPA. 2009 [no prelo].

- O'NEILL, B., MacKELLAR, F. L., & LUTZ, W. *Population and Climate Change*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- SCHRÖDER C. Cohabitation in Italy: do parents matter? Population Association of America, Annual Meeting, Los Angeles, Californial. 2006.
- Van de KAA DJ. Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, 42, 1-57. 1987.
- YU, E. and LIU, J. Environmental Impacts of Divorce. PNAS, December, 18, v. 104, n.51, pp. 20629–20634.
- ZAMBRANO E. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26): 123-147. 2006.